



**ILMO SRS. ACIONISTAS E ADMINISTRADORES
GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A - GOIASTELECOM
ATT. SR. HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS - PRESIDENTE
GOIANIRA-GO.**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as Demonstrações Contábeis, da Empresa **GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A - GOIASTELECOM**, encerradas em 31 de dezembro de 2019, que compreendem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Fluxo de Caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa **GOIASTELECOM**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO DO AUDITOR

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS".

Somos independentes em relação à Empresa auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

A Companhia apresenta Patrimônio Líquido negativo, também denominado passivo a descoberto, devido ao acúmulo de prejuízos acumulados em sua fase pré-operacional, conforme citado no item 3.5 de suas Notas Explicativas. Assim, a continuidade de suas atividades não está prejudicada visto que a Companhia pretende alcançar o equilíbrio econômico com início de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ☒ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ☒ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- ☒ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ☒ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- ☒ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia-GO, 04 de Maio de 2020.


WALKÍRIA DA SILVA ALENCAR

AUDITOR INDEPENDENTE
CRC-GO 11.601-0 CVM 11436

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIASTELECOM

CNPJ-MF 10.268.439/0001-53

BALANÇO PATRIMONIAL

Levantado em 31 de Dezembro

	2019	2018
ATIVO		
CIRCULANTE	539.085,36	273.800,96
DISPONÍVEL	512.894,03	268.027,20
Caixa e Bancos	512.894,03	268.027,20
CRÉDITOS	26.191,33	5.773,76
Impostos a Recuperar	1.111,33	1.111,33
Adiantamentos	25.080,00	4.662,43
NÃO CIRCULANTE	338.812,05	366.160,05
IMOBILIZADO	394.528,87	394.528,87
Equip.Informatica	394.528,87	394.528,87
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	(55.716,82)	(28.368,82)
(-) Depreciões Equip.Informatica	(55.716,82)	(28.368,82)
TOTAL DO ATIVO	877.897,41	639.961,01

	2019	2018
PASSIVO		
CIRCULANTE	35.328,17	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.328,17	-
Adiantamento de Cliente	20.000,00	-
NÃO CIRCULANTE	2.565.874,33	2.565.874,33
Emprestimos e Financiamentos	49.620,70	49.620,70
Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.516.253,63	2.516.253,63
PASSIVO À DESCOBERTO	(1.723.305,09)	(1.925.913,32)
Capital Social Subscrito	9.000.000,00	9.000.000,00
Capital Social à Integralizar	(50,00)	(1.350.050,00)
Resultados Acumulados	(10.723.255,09)	(9.575.863,32)
TOTAL DO PASSIVO	877.897,41	639.961,01

As Notas Explicativas são parte integrante da Demonstrações Financeiras.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
PRESIDENTE

LG CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S

CRC/GO 001185

Geraldo dos Reis T. Soares

CRC/GO 010.293

GERALDO DOS REIS T. SOARES

CPF. [REDACTED]

TC-CRC/GO 10.293

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIASTELECOM

CNPJ-MF 10.268.439/0001-53

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Findo em 31 de Dezembro - (EM R\$1,00)

	2019	2018
OPERAÇÕES DE CONTINUIDADE		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(1.147.391,77)	(3.016.441,94)
Despesas administrativas	(1.099.146,51)	(3.010.180,50)
Despesas Financeiras	(48.245,26)	(6.261,44)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.147.391,77)	(3.016.441,94)
Número de Ações	9.000.000,00	9.000.000,00
RESULTADO POR AÇÕES	(0,13)	(0,34)

As Notas Explicativas são parte integrante da Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Apuradas em 31 de Dezembro

	2019	2018
FLUXO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(1.147.391,77)	(3.016.441,94)
POR AJUSTE:	27.348,00	32.545,88
Depreciações e Amortizações	27.348,00	26.815,20
Ajuste	-	5.730,68
VARIAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	14.910,60	(42.342,23)
Aumento / Redução Créditos	(20.417,57)	-
Aumento / Redução Obrigações Sociais	15.328,17	(29.476,31)
Aumento / Redução Obrigações Fiscais	-	(10.848,26)
Aumento / Redução Contas a Pagar	-	(2.017,66)
Aumento / Redução Adiant. Cliente	20.000,00	-
CAIXA LIQUIDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.105.133,17)	(3.026.238,29)
FLUXO DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-	(392.920,01)
Aquisição de Imob. Intangível e Diferido	-	(392.920,01)
FLUXO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS	1.350.000,00	2.650.000,00
Aumento/Redução de Capital Social	1.350.000,00	2.650.000,00
CAIXA LIQUIDO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS	244.866,83	(769.158,30)
AUMENTO / REDUÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	-	2.652,01
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	268.027,20	1.042.959,26
NO FINAL DO EXERCÍCIO	512.894,03	273.800,96
AUMENTO / REDUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	244.866,83	(769.158,30)

As Notas Explicativas são parte integrante da Demonstrações Financeiras.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
PRESIDENTE

LG CONTABILIDADE E ASSESSORIA S/S

CRC/GO 001185

Geraldo dos Reis T. Soares

CRC/GO 010.293

GERALDO DOS REIS T. SOARES

CPF: [REDACTED]

TC-CRC/GO 10.293

GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A – GOIASTELECOM

CNPJ-MF 10.268.439/0001-53

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Levantado em 31 de Dezembro

HISTÓRICO	CAPITAL REALIZADO	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL À INTEGRALIZAR	RESULTADOS ACUMULADOS	PASSIVO À DESCOBERTO
Saldo em 31/12/2017	4.999.950,00	5.000.000,00	(50,00)	(6.565.152,06)	(1.565.202,06)
Integralização de Capital	2.650.000,00	4.000.000,00	(1.350.000,00)	-	2.650.000,00
Resultados do Exercício	-	-	-	(3.016.441,94)	(3.016.441,94)
Ajuste	-	-	-	5.730,68	5.730,68
Saldo em 31/12/2018	7.649.950,00	9.000.000,00	(1.350.050,00)	(9.575.863,32)	(1.925.913,32)
Integralização de Capital	1.350.000,00	-	1.350.000,00	-	1.350.000,00
Resultados do Exercício	-	-	-	(1.147.391,77)	(1.147.391,77)
Ajuste	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2019	8.999.950,00	9.000.000,00	(50,00)	(10.723.255,09)	(1.723.305,09)

As Notas Explicativas são parte integrante da Demonstrações Financeiras.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
PRESIDENTE**LG CONTABILIDADE E ACESSORIA S/S**

CRC/GO 001185

Geraldo dos Reis T. Soares

CRC/GO 010.293

GERALDO DOS REIS T. SOARES

CPF: [REDACTED]

TC-CRC/GO 10.293

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019.**

NOTA 01- CONTEXTO OPERACIONAL

A **GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A - GOIÁS TELECOM**, sociedade anônima de capital fechado, constituída sob a forma de subsidiária da Companhia Celg de Participações - CelgPar, em 08 de Agosto de 2008, com a forma de capital fechado, sendo que seu controle acionário foi transferido para o Governo do Estado de Goiás, conforme 15ª AGE devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG em 28 de Setembro de 2010. Em 15 de Abril de 2011, uma AGE elegeu uma nova diretoria a quem o Acionista Controlador transferiu poderes para completar a desvinculação Administrativa da Companhia do antigo Controlador "Companhia Celg de Participações - CelgPar" e, tendo em vista o início de um novo governo no Estado de Goiás, esta desvinculação somente começou de fato a partir de 31 de Outubro de 2011. Em 14/09/2012 uma nova diretoria sucedeu a anterior com o propósito de colocar a Companhia em operação. Em 28/04/2017 a 16ª AGE da Companhia atendendo determinação do acionista majoritário "Estado de Goiás", elegeu nova diretoria sendo que esta diretoria continuou exercendo seus cargos sem a remuneração a que tem direito, continuando os conselhos de Administração e Fiscal da mesma maneira. Esta mesma AGE tratou também da reforma do Estatuto Social em função da alteração da razão social que passou a ser "**GOIÁS TELECOMUNICAÇÕES S/A - Goiás Telecom**" e o endereço passou a ser na "Via Secundária 07 com Via Primária 01, SN, Quadra 01, lote 01, Distrito Agroindustrial de Goianira, Município de Goianira - GO, CEP: 75.370-000". No dia 22 de fevereiro de 2018 aconteceu a 13ª Reunião do Conselho de Administração, onde foi eleito o novo presidente da companhia, tendo sido aprovado por todos, continuando os diretores sem remuneração e permanecendo o mesmo conselho fiscal. Na 18ª AGE realizada no dia 19 de março de 2018 foi deliberado que a diretoria receberia remuneração na quantia de R\$ 20.041,25, a partir de 01 de abril de 2018, limitado tão somente ao Diretor-Presidente. Nesta mesma AGE ficou estabelecido que o Conselho de Administração receberia

remuneração quando houvesse viabilidade econômico-financeira. Na 19ª AGO e AGE simultânea realizada no dia 24 de abril e 2018, foi aprovado as demonstrações financeiras do exercício de 2017, bem como a apreciação da avaliação dos equipamentos transferidos pela SED. Levando em consideração que até aquela data ainda faltava R\$ 50,00 para compor o capital subscrito pelo Estado de Goiás no valor de R\$ 5.000.000,00, ficou estabelecido nesta mesma AGO/AGE que a data limite para integralizar o restante seria até o dia 31/12/2018. Nesta mesma Assembleia ficou autorizado a aquisição da totalidade das ações do acionista Romelyn S.A. CNPJ 05.488.975/0001-24, transferido para a Goiás Telecomunicações S/A. Na 20ª AGE realizada no dia 17 de maio de 2018, foi aprovado a reforma do Estatuto Social da Companhia, bem como definido os cargos com suas remunerações. Continuando os trabalhos pela 14ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de Agosto de 2018, ficou definido a subscrição para aumento do capital social pelo Governo do Estado de Goiás que detem o controle acionário da Cia, no valor de R\$ 4.000.000,00, passando o capital social representado pelo mesmo número de ações no total de 9.000.000 de ações. Na 21ª AGO/AGE simultânea realizada no dia 24 de setembro de 2018, foi eleito os membros do Conselho Fiscal com mandato de 01.10.2018 a 30.09.2020, ou até realização da próxima AGO, bem como a remuneração dos mesmos. Nesta mesma AGO/AGE foi prorrogado a licença sem remuneração do presidente do Conselho de Administração, bem como a confirmação do acumulo de cargos pelo presidente em exercício. Nesta mesma Assembleia foi nomeado a empresa FAST Consultoria e Serviços Ltda para realizar a avaliação e apresentação do laudo fundamentado dos bens cedidos pela SED. Em 09 de novembro de 2018 por meio da 13ª AGO/AGE simultânea foi recebido a renúncia do presidente afastado bem como a eleição dos novos membros do Conselho de Administração com mandato de 12.11.2018 a 11.11.2020 ou até a realização da próxima AGO. Em 31 de dezembro de 2019 por meio da 14ª AGO/AGE simultânea foi houve a eleição da nova diretoria, com a fixação de sua remuneração, com mandato de 03/01/2019 à 02 de janeiro de 2021, bem como a eleição do Conselho Fiscal, e sua remuneração. Contudo, a Companhia encontra ainda em fase pré-operacional, sendo que esta situação prende se principalmente ao fato e que a antiga controladora "Companhia Celg de Participações - CelgPar" encontrar-se também em fase de transição, o que impediu até o momento a perfeita operação da rede cedida conforme contrato.

A Companhia Goiás Telecomunicações S/A – Goiás Telecom, tem como objetivo principal otimizar a utilização da infraestrutura de ativos, por intermédio das seguintes atividades:

Atuação em serviços especializados e soluções de telecomunicações, telecontrole, transmissão de dados, automação, telesupervisão, televigilância, telemetria e outros serviços digitais e outras tecnologias complementares; Fabricação e comercialização de equipamentos e dispositivos eletrônicos, Gestão e compartilhamento da infraestrutura; Gestão de serviço de recebimento de terceiros na fatura de energia elétrica; Atuação na área de soluções em tecnologia da informação; Realização de atividades e parcerias voltadas para a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia e soluções de negócios; Participação em outros empreendimentos, por meio de recursos captados no mercado, podendo associar-se majoritária ou minoritariamente a outras sociedades empresárias, inclusive em regime de joint-venture, mediante prévia autorização da Assembleia Geral, desde que comprovada antecipadamente a viabilidade técnica e econômico-financeira. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e a diretoria executiva bem como o conselho de administração estão mantendo tratativas com o atual controlador “Estado de Goiás” e a anterior “Companhia Celg de Participações – CelgPar” para a alteração desta situação o mais rápido possível.

NOTA 02 – DIRETRIZES CONTÁBEIS ADOTADAS

As demonstrações financeiras elaboradas em 31/12/2019 foram levantadas consoantes os princípios contábeis geralmente adotados, dentre os quais destacamos, a legislação societária, disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC atualmente em vigor, dentre as quais destacamos para melhor visualização e compreensão dos dados nelas contidos:

- a) O regime de apropriação dos atos e fatos da gestão societária foi o de **COMPETÊNCIA DE EXERCÍCIO**;
- b) O prazo utilizado para distinção entre **CIRCULANTE** e **LONGO PRAZO** foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos;
- c) As despesas pré-operacionais foram lançadas na conta de despesas/custo, impactando no patrimônio líquido, o qual resultou em um Passivo a Descoberto;
- d) O regime de apuração fiscal foi o **LUCRO PRESUMIDO**.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas em sua gestão.

NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Estas práticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados, como segue:

3.1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Companhia considera como disponibilidades “saldo em caixa”, depósitos em banco e aplicações financeiras de liquidez imediatas:

CONTA	DATA	VALOR
Caixa	31/12/2019	2,39
Caixa Econ. Federal	31/12/2019	512.891,64
Total		512.894,03

3.2 – CRÉDITOS

O saldo da conta de créditos consiste em valores reconhecidos contabilmente onde foi adotado os princípios contábeis vigentes, como segue:

CONTA	VALOR
Adiantamento a Fornecedores	25.080,00
IRRF a recuperar	1.111,33
Total	26.191,33

3.3 – ATIVO PERMANENTE

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

CONTA	VALOR
Equipamentos	366.160,05
Total	338.812,05

3.4 – PASSIVO EXIGÍVEL (Art. 180 da Lei nº 6.404/76)

O passivo exigível da companhia são registrado pelos valores a realizar, e subdivide em Passivo Circulante e Exigível a Longo prazo.

Passivo Circulante – são as obrigações da companhia, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do ativo permanente, e são classificados no Passivo Circulante. Assim observa-se que a companhia realizou todas as obrigações que venceria no exercício social, não possuindo valores a realizar a curto prazo.

Passivo Exigível a Longo Prazo – No passivo exigível a longo prazo, são aqueles valores a realizar que tem vencimento em prazo maior, ou seja, duração maior que o exercício social. Assim a companhia registrou valores a realizar, conforme abaixo:

- a) O valor registrado a pagar para a Companhia Celg de Participação – CelgPar, são remanescentes do processo de desvinculação da Goiás Telecom do controle acionário da Holding CelgPar após o mês de Setembro de 2010.
- b) O valor registrado como sendo honorários da diretoria a pagar, são diferenças salariais devidas aos ex-diretores técnico-comercial e administrativo-econômico-financeiro, correspondentes ao período de Agosto de 2008 a Dezembro de 2010, atualmente em discussão na esfera administrativa da Companhia. Refere-se ainda a valores salariais devidos e não pagos de exercícios anteriores. Cabe ressaltar que os ex-diretores ingressaram na justiça, porém o valor encontra-se devidamente provisionados.

CONTA	VALOR
Companhia Celg de Participação - CelgPar	49.620,70
Honorarios da Diretoria a Pagar	2.516.253,63
Total	2.565.874,33

3.5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No balanço patrimonial, a diferença entre o valor dos ativos e o dos passivos e resultado de exercício futuros representa o Patrimônio Líquido, que é o valor contábil pertencente aos acionistas ou sócios.

De acordo com a Lei 6.404/76, o Patrimônio Líquido é dividido em:

- a) Capital Social – o valor do capital social subscrito pelo controlador “Estado de Goiás” e no valor de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). Desse valor foi integralizado o montante de R\$ 8.999.950,00 (oito milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta reais), faltando a integralizar o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

- b) Reserva de Capital – que representam valores recebidos que não transitaram por seu Resultado como receita. Assim a Companhia não teve qualquer valor recebidos nessa modalidade;
- c) Reserva de Reavaliação – que representam acréscimos derivado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, com base em laudos técnicos. Dessa forma, a empresa não teve qualquer acréscimo desse valor contábil e o valor de mercado;
- d) Reservas de Lucros – que representam lucros obtidos pela mesma empresa, retidos com finalidade específica. Como a companhia esta em fase de implantação e não obteve qualquer lucro não existe valor registrado nessa conta.
- e) Lucros ou prejuízos acumulados – que são também resultados obtidos, mas retidos sem finalidade específica (quando lucros), ou à espera de absorção futura (quando prejuízos). Assim a Companhia possui prejuízos acumulados no valor de R\$ 10.723.255,09 (dez milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos).

Neste sentido, as informações quanto ao Patrimônio Líquido existente no balanço patrimonial da Companhia estão com a nomenclatura de **PASSIVO A DESCOBERTO**, pois, a soma dos saldos das contas do passivo é maior que a soma dos saldos das contas do ativo, ficando assim com um passivo a descoberto no valor de R\$ 1.723.305,09 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, trezentos e cinco reais e nove centavos).

3.6 – DESPESAS OPERACIONAIS

- a) Despesas com Pessoal - Os valores segregados e registrados na conta de despesas com pessoal, são valores referente a folha de pagamento, juntamente com os encargos sociais devidos, *vide*:

Despesas com Pessoal	955.421,11
----------------------	------------

- b) Despesas operacionais gerais – Os valores registrados neste grupo referem-se à despesas gerais utilizadas das quais destacamos:
- Água, serviços de contabilidade, serviços de auditoria, despesas com combustíveis e lubrificantes, despesas com viagens, depreciações e amortizações, serviços de terceiros, reparos e manutenções, taxas, despesas com análise processuais, despesas com publicações, comunicação visual.

Despesas Operacionais Gerais	141.302,97
------------------------------	------------

Risco Operacional – É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológico, infraestrutura e de fatores externos, exceto os riscos de crédito, mercado de liquidez, como aquele decorrente de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial, tais riscos surgem de todas as operações da companhia. O objetivo da companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. Esse risco não se visualizou no exercício de 2018, pelo fato da companhia manter-se em fase pré-operacional.

NOTA 06 – OUTRAS INFORMAÇÕES

A companhia está em contato permanente com a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão regulador de suas atividades principais, como vistas a manter em ordem e regulada suas atividades para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado.

NOTA 07 – CONTINGÊNCIAS

As declarações financeiras da companhia estão abertas à fiscalização, por um período prescricional de 5 (cinco) anos, e os documentos trabalhistas e previdenciários por período de até 10 (dez) anos.

Era o que tínhamos a reportar e esclarecer, em adendo às demonstrações financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goianira – GO, 31 de dezembro de 2019.

HIPÓLITO PRADO DOS SANTOS
Presidente